

Demonstrações contábeis

**Usina Paulista Lavrinhas de Energia
S.A.**

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

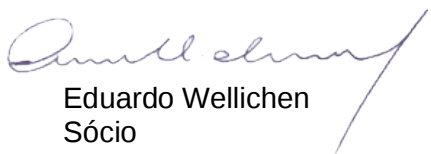
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		23.891	48.395
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.978	47
Investimentos de curto prazo	5	12.892	13.626
Contas a receber de clientes	7	5.624	32.633
Impostos a recuperar		90	287
Despesas pagas antecipadamente		302	307
Outros ativos		5	1.495
Não circulante		208.170	215.294
Títulos e valores mobiliários	6	3.420	3.554
Depósitos Judiciais		-	11
Imobilizado	8	189.132	195.180
Intangível	9	15.618	16.549
Total do ativo		232.061	263.689
Passivo			
Circulante		27.740	44.853
Fornecedores	10	2.345	6.544
Empréstimos e financiamentos	11	11.003	10.949
Arrendamentos	16.1	38	38
Salários, férias e encargos sociais		882	750
Impostos e contribuições sociais a recolher	12	8.053	4.155
Dividendos declarados - partes relacionadas	16.1	5.123	21.743
Provisão para constituição dos ativos	14	166	579
Outros passivos		130	95
Não circulante		23.568	34.400
Empréstimos e financiamentos	11	14.554	25.283
Arrendamentos	16.1	156	324
Impostos e contribuições sociais diferidos	13	5.349	5.697
Provisão para constituição dos ativos	14	3.509	3.096
Patrimônio líquido		180.753	184.436
Capital social	17	95.224	95.224
Reserva de lucros		85.529	89.212
Total do passivo e do patrimônio líquido		232.061	263.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Lavinhas de Energia S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	59.373	82.572
Custos operacionais			
Compra de energia elétrica		(11.119)	(30.757)
(-) Recuperação de custo		-	6.958
Custos dos serviços prestados		(7.211)	(5.740)
Encargos de uso da rede básica		(689)	(864)
Depreciação e amortização		(7.279)	(6.859)
	19	(26.298)	(37.262)
Lucro bruto		33.075	45.310
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(1.477)	(2.259)
Depreciação e amortização		(53)	(81)
Pessoal		(849)	(339)
Honorários da diretoria e conselho de administração	16.3	(862)	(793)
Outras receitas		7	-
	19	(3.234)	(3.472)
Lucro antes do resultado financeiro		29.841	41.838
Despesas financeiras	20	(2.647)	(7.137)
Receitas financeiras	20	5.413	10.037
		2.766	2.900
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.607	44.738
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(11.385)	(6.035)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	348	(5.697)
Lucro líquido do exercício		21.570	33.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
 Demonstrações do resultado abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	21.570	33.006
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	21.570	33.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	95.224	7.169	56.876	-	159.269
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.006	33.006
Reserva Legal	-	1.650	-	(1.650)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.839)	(7.839)
Transferência para reserva de lucros	-	-	23.517	(23.517)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	95.224	8.819	80.393	-	184.436
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.570	21.570
Dividendos adicionais propostos	-	-	(20.130)	-	(20.130)
Reserva Legal	-	1.078	-	(1.078)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.123)	(5.123)
Transferência para reserva de lucros	-	-	15.369	(15.369)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	95.224	9.897	75.632	-	180.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social		32.607	44.738
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8 e 9	7.332	6.940
Encargos de dívidas	11.b	2.614	2.753
Encargos de dívidas arrendamentos		17	22
Receita de aplicações financeiras		(3.155)	(713)
Descontos financeiros obtidos		-	(5)
Atualização monetária clientes a receber	20	(2.433)	(9.146)
Extensão da concessão	9	-	(16.758)
Variação monetária GSF		-	3.201
Atualização monetária fornecedores	20	(6)	1.091
		36.976	32.123
Redução no ativo			
Contas a receber de clientes		28.402	41.105
Impostos a recuperar		(457)	(203)
Adiantamento a fornecedores		1.491	-
Despesas pagas antecipadamente		9	(45)
Outros ativos circulantes		11	(1.630)
		29.456	39.227
Aumento no passivo			
Fornecedores		(3.164)	(81.850)
Partes relacionadas		34	(6)
Salários, férias e encargos sociais		132	(320)
Impostos e contribuições sociais a recolher		101	(1.930)
Provisões de constituição dos ativos		2	(1)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(22)	80
		(2.917)	(84.027)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(6.934)	(4.228)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		56.581	(16.905)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em investimentos de curto prazo		78.721	90.829
Resgates em títulos e valores mobiliários		562	430
Aplicações em investimentos de curto prazo		(75.269)	(66.256)
Aplicações em títulos e valores mobiliários		-	(120)
Adições no imobilizado	8	(412)	(1.790)
Adições no intangível	9	(72)	(14)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		3.530	23.079
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		(41.837)	(5.001)
Amortização de principal do financiamento	11.b	(10.864)	(10.835)
Pagamento de juros do financiamento	11.b	(2.425)	(2.771)
Amortização de principal arrendamentos		(37)	(71)
Pagamento de juros de arrendamentos		(17)	(22)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(55.180)	(18.700)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		4.931	(12.526)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	47	12.573
Saldo no final do exercício	4	4.978	47
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		4.931	(12.526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

1 Informações gerais

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala M, São Paulo - SP.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) por meio da Resolução Autorizativa nº 138/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Lavrinhas. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. por meio da Resolução nº 716/2006, de 3 de outubro de 2006. Por meio da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Alupar Investimento S.A.

A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 03 de setembro de 2011 a primeira turbina entrou em operação comercial, e a segunda turbina em 05 de maio de 2012. Com a instalação da Usina, a Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS, responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização de exploração da usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

A autorização de exploração estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Impactos do COVID 19

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelo modelo regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a Administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação aos investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 04 de abril de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis dos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.
- Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos esperada.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões de contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Extensão da concessão: em novembro de 2021 a Companhia realizou o reconhecimento da extensão da concessão, conforme descrito na Nota explicativa nº 9, o prazo de concessão passou a ser abril de 2038.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

Em 2022 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real, e em 2021 estava enquadrada no lucro presumido. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) — Lucro Real 1,65%; Lucro Presumido 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60% Lucro Presumido 3,00%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e,
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real em 2022 e Lucro Presumido em 2021, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.8 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 21,4 MW médio equivalente a 71% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ 282,71 MW/h (R\$ 282,71 em 2021), reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de 2004.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27) e,
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis;
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2022 e 2021	31/12/2022	31/12/2021
Numerário disponível	-	352	14
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	4.626	33
		4.978	47

5 Investimentos de curto prazo

			Remuneração	
			31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Investimento - STA Energia	106,06% do CDI	100,06% do CDI	12.892	13.626
			12.892	13.626

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

		Remuneração			
	Instituição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação pós fixada	BNDES	101,25% do CDI	101,96% do CDI	3.420	3.554

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira Fundo Topázio, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Suprimento de energia elétrica - Ambiente livre (i)	5.530	32.017
Suprimento de energia elétrica - Mercado de curto prazo/CCEE	94	616
	5.624	32.633

- (i) Em 21 de outubro de 2021 a Companhia reconheceu a receita financeira no valor de R\$ 9.146 e em 25 de fevereiro de 2022 R\$ 2.433, referente a atualização monetária das faturas de fornecimento de energia elétrica emitidas em nome da Electra, sendo BRF devedora solidária das obrigações financeiras, conforme estipulado em contrato de compra e venda, bem como as despesas com honorários advocatícios, em razão da avaliação de probabilidade de êxito no recebimento pelos assessores jurídicos externos, conforme decisão exarada no procedimento arbitral que autorizou o prosseguimento das execuções no âmbito judicial.

Os montantes de suprimento de energia elétrica ambiente livre são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente livre.

Os valores da rubrica “Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Transferências	Outros*	31/12/2021	Adições	Outros*	31/12/2022
Em serviço									
Terrenos	0%	2.413	54	-	-	2.467	-	-	2.467
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	109.349	-	1.635	-	110.984	-	-	110.984
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	44.546	-	-	-	44.546	68	-	44.614
Máquinas e Equipamentos	3%	99.226	50	-	-	99.276	319	-	99.595
Veículos	1%	596	-	-	-	596	14	-	610
Móveis e Utensílios	6%	82	-	-	-	82	11	-	93
Direito de Uso Arrendamento	14%	212	-	-	309	521	-	(131)	390
Em curso		-	1.686	(1.635)	-	51	-	-	51
Total do custo do imobilizado		256.424	1.790	-	309	258.523	412	(131)	258.804
Depreciação									
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(21.142)	(2.531)	-	-	(23.673)	(2.350)	-	(26.023)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(9.612)	(1.056)	-	-	(10.668)	(1.057)	-	(11.725)
Máquinas e Equipamentos		(25.351)	(2.851)	-	-	(28.202)	(2.869)	-	(31.071)
Veículos		(590)	(3)	-	-	(593)	(3)	-	(596)
Móveis e Utensílios		(32)	(5)	-	-	(37)	(6)	-	(43)
Direito de Uso Arrendamento		(94)	(76)	-	-	(170)	(44)	-	(214)
Total da depreciação		(56.821)	(6.522)	-	-	(63.343)	(6.329)	-	(69.672)
Total do imobilizado líquido		199.603	(4.732)	-	309	195.180	(5.917)	(131)	189.132

(*) O valor na coluna de outros refere-se a remensuração do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

9 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Em serviço						
Servidões	0%	193	-	193	-	193
Software	10%	121	-	121	72	193
Outros intangíveis	0%	192	-	192	-	192
Extensão da Concessão (i)	2%	-	16.758	16.758	-	16.758
Em curso		-	14	14	-	14
Total do custo do intangível		506	16.772	17.278	72	17.350
Amortização						
Software		(119)	(1)	(120)	(2)	(122)
Outros intangíveis		(192)	-	(192)	-	(192)
Direito de Extensão da Concessão		-	(417)	(417)	(1.001)	(1.418)
Total da amortização		(311)	(418)	(729)	(1.003)	(1.732)
Total do intangível líquido		195	16.354	16.549	(931)	15.618

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável.

(i) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

9 Intangível – Continuação

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do prazo de outorga (dia)	Valor (R\$ mil)
1.468	16.758

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até abril de 2038

10 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	860	1.659
Retenção contratual	171	80
Compra de Energia	1.314	4.805
Total	2.345	6.544

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

11 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

			31/12/2022			31/12/2021		
Encargos	Vencimento da dívida		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES nº 08.2.0976.1	TJLP + 1,93%	15/01/2025	9.611	76	9.687	9.540	99	9.639
BNDES nº 10.2.0477.1	TJLP + 2,22%	15/01/2025	1.305	11	1.316	1.296	14	1.310
Total			10.916	87	11.003	10.836	113	10.949
Moeda nacional - não circulante								
BNDES nº 08.2.0976.1	TJLP + 1,93%	15/01/2025	12.814	-	12.814	22.260	-	22.260
BNDES nº 10.2.0477.1	TJLP + 2,22%	15/01/2025	1.740	-	1.740	3.023	-	3.023
Total			14.554	-	14.554	25.283	-	25.283
Total geral			25.470	87	25.557	36.119	113	36.232

11 Empréstimos e financiamentos – Continuação

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado era de R\$ 111.185 corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010.

Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0477.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado era de R\$ 16.875, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de maio de 2011, que ocorrerá em parcelas mensais, sendo o prazo de financiamento é de 168 meses e a última parcela com vencimento em 15 de abril de 2025.

A Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes a receita da Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A.

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	Encargos de dívidas (Nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2022
Moeda nacional					
BNDES nº 08.2.0976.1	31.899	2.292	(9.564)	(2.126)	22.501
BNDES nº 10.2.0477.1	4.333	322	(1.300)	(299)	3.056
Total	36.232	2.614	(10.864)	(2.425)	25.557

	31/12/2020	Encargos de dívidas (Nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2021
Moeda nacional					
BNDES nº 08.2.0976.1	41.455	2.412	(9.540)	(2.428)	31.899
BNDES nº 10.2.0477.1	5.630	341	(1.295)	(343)	4.333
Total	47.085	2.753	(10.835)	(2.771)	36.232

- c. As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2024	2025	Dívida Total
10.951	3.603	14.554

12 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	5.800	2.740
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.839	1.101
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1	-
Programa de Integração Social - PIS	71	53
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	328	246
Outros	14	15
	8.053	4.155

13 Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido referem-se aos efeitos fiscais futuros atribuíveis ao reconhecimento da extensão do prazo de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota explicativa nº3.6.

	Constituição 31/12/2021	Liquidação	31/12/2022
Base de cálculo - extensão da concessão	16.758		
Imposto de Renda diferido	4.189	(256)	3.933
Contribuição Social diferida	1.508	(92)	1.416
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.697	(348)	5.349

A estimativa das parcelas de liquidação do passivo diferido é conforme o mapa abaixo:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Estimativa de liquidação IRPJ diferido - Extensão	256	256	256	256	2.909	3.933
Estimativa de liquidação CSLL diferida - Extensão	92	92	92	92	1.048	1.416
	348	348	348	348	3.957	5.349

14 Provisões de constituição de ativo

Natureza	31/12/2020	Transferência	31/12/2021	Transferência	31/12/2022
<u>Circulante</u>					
Meio ambiente	579	-	579	(413)	166
Máquinas e equipamentos	450	(450)	-	-	-
	1.029	(450)	579	(413)	166
<u>Não circulante</u>					
Máquinas e equipamentos	2.646	450	3.096	413	3.509
	2.646	450	3.096	413	3.509

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

15 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (A) **Perda provável:** a Companhia não figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.
- (B) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 merecem destaques as seguintes demandas:
 - (i) **Demandas Tributárias:** atualmente existem cinco (o mesmo em 31 de dezembro de 2021) processos judiciais de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 646 (R\$ 1.211 em 31 de dezembro de 2021) e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.
 - (ii) **Demandas Cíveis/Ambientais:** atualmente existe um processo de natureza Cível, cujo valor em risco não pode ser estimado. Trata-se do Inquérito cível nº 140700000002520165 (antigo 1909), instaurado a partir de representação formulada pelos Coordenadores dos Comitês de Águas dos municípios de Queluz, Lavrinhas e Cruzeiro, em face da notícia de supostas irregularidades na construção de duas hidroelétricas (PCHs) na região.
 - (iii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente existe um processo (dois em 31 de dezembro de 2021) processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 115 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2021) e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio.
 - (iv) **Demandas Arbitrais:** atualmente existe um processo (um em 31 de dezembro de 2021) de natureza arbitral, de valor em risco aproximado de R\$ 14.379 (R\$ 17.908 em 31 de dezembro de 2021).

Processo Arbitral: a empresa Lavrinhas celebrou contrato de fornecimento de energia, por meio do qual esta deveria fornecer, certa quantidade de energia por mês. Tal contrato foi cedido parcialmente a terceiro, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Companhia ingressou com ação de execução contra a empresa cedente e a cessionária, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais.

15 Provisão para contingências – Continuação

Tendo vista que o Contrato de Fornecimento de Energia possuía cláusula arbitral, a cedente, para poder apresentar seus embargos de devedor, instaurou um procedimento arbitral, requerendo o reequilíbrio do contrato ou a sua resolução para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas figure no polo passivo desta arbitragem, é ela credora do Contrato de fornecimento de energia.

- (v) **Demandas Regulatórias:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

16 Partes relacionadas

16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas e os montantes reconhecidos no resultado são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<u>Passivo circulante</u>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A		708	535
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		38	38
Dividendos declarados aos acionistas		5.123	21.743
		5.869	22.316
<u>Passivo não circulante</u>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		156	324

16 Partes relacionadas – Continuação

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<u>Demonstrações de resultado</u>			
<u>Receita - partes relacionadas</u>			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	18	1400	691
<u>Custo - partes relacionadas</u>			
Serviços Tomados - AF Energia S.A (*)	19	(1.417)	(1.296)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(377)	-
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		(37)	-
		(1.831)	(1.296)

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

A Companhia Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

16.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato 31/12/2022
Alupar	01/02/2008	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 08.209.761	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	11/03/2009	15/04/2025	111.185	9.687
Alupar	14/06/2010	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 10.204.771	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	08/09/2010	15/04/2025	16.875	1.316

16.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração de valor equivalente a até 10% daquela devida à Diretoria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo (a)	(825)	(756)
Remuneração do conselho	(37)	(37)
Total	(862)	(793)

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

17 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é de R\$ 95.224, dividido em 70.910.870 (setenta milhões, novecentos e dez mil, oitocentos e setenta) ações ordinárias, conforme segue:

	Ordinárias	
	31/12/2022 e 31/12/2021	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S.A	43.252.860	61,00
Enixe Energias e Participações Ltda.	26.275.109	37,05
Acionista pessoa física	1.382.901	1,95
Total das ações	70.910.870	100,00

A acionista controladora da Companhia é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Reservas de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 9.897 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 8.819 em 31 de dezembro de 2021.

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 75.632 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 80.393 em 31 de dezembro de 2021.

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.
- Em 06 de setembro de 2022 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante total de R\$ 20.130 pago em novembro de 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	21.570	33.006
Reserva legal	(1.078)	(1.650)
Subtotal	20.492	31.356
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.123)	(7.839)
Reserva de lucros	(15.369)	(23.517)
Saldo de lucros acumulados	-	-

18 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente livre		63.719	76.070
Suprimento de energia - ambiente livre - Partes relacionadas	16.1	1.400	691
Ajuste positivo CCEE		493	9.045
		65.612	85.806
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(1.095)	(558)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(5.042)	(2.577)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(102)	(99)
		(6.239)	(3.234)
Receita operacional líquida		59.373	82.572

19 Custos e despesas operacionais

		31/12/2022		31/12/2021	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
	Encargos de uso da rede elétrica	(689)	-	(864)	-
		(689)	-	(864)	-
Custos gerenciáveis					
	Energia comprada para revenda	(11.119)	-	(30.757)	-
	(-) Recuperação de custos	-	-	6.958	-
	Doações, contribuições e subvenções	-	(100)	(24)	-
	Seguros	(593)	(4)	(619)	(3)
	Aluguéis	(155)	(38)	(210)	(14)
	Pessoal	(2.617)	(849)	(2.352)	(338)
	Honorários da diretoria e conselho de administração	16.3	-	-	(793)
	Material	(313)	(19)	(360)	(53)
	Serviços de terceiros	(1.732)	(1.296)	(772)	(1.870)
	Serviços de terceiros - partes relacionadas	16.1	(1.417)	(1.296)	-
	Outros	(384)	(13)	(107)	(320)
		(18.330)	(3.181)	(29.539)	(3.391)
Depreciação e Amortização					
		(7.279)	(53)	(6.859)	(81)
		(7.279)	(53)	(6.859)	(81)
Total		(26.298)	(3.234)	(37.262)	(3.472)

20 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		2.891	727
Atualização monetária - Clientes a receber		2.433	9.146
Outras receitas		89	164
Total		5.413	10.037
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	11.b	(2.614)	(2.753)
Atualização monetária - GSF		-	(3.201)
Atualização monetária - Fornecedores		(6)	(1.091)
Outros		(27)	(92)
Total		(2.647)	(7.137)
Total Líquido		2.766	2.900

(*) O montante de receita de aplicações financeiras está líquida dos impostos.

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	32.607	32.607	44.738	44.738
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	-	-	(27.828)	(24.392)
(-/+) Adições e/ou exclusões	1.414	1.230	-	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	34.021	33.837	16.910	20.346
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	5.103	3.045	2.537	1.831
Alíquota Adicional 10% IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês R\$ 240/Ano)	3.378		1.667	
Incentivos Fiscais	(141)	-		-
Total dos tributos correntes	8.340	3.045	4.204	1.831
Tributos diferidos Extensão da Concessão	(256)	(92)	4.189	1.508
Total dos Tributos	8.084	2.953	8.393	3.339
Alíquota efetiva	33,85 %		34,00 %	

Em 2022 a Companhia optou por mudar o regime de tributação de Lucro Presumido para Lucro Real

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia

limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo						
Caixa	352	352	14	14	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	4.626	4.626	33	33	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	12.892	12.892	13.626	13.626	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	3.420	3.420	3.554	3.554	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	5.624	5.624	32.633	32.633	-	Custo amortizado
	26.914	26.914	49.860	49.860		
Passivo						
Fornecedores	2.345	2.345	6.544	6.544	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	25.557	25.557	36.232	36.232	-	Custo amortizado
	27.902	27.902	42.776	42.776		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2022		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Aplicações financeiras de liquidez imediata	CDI	4.626	246	369	492	615	738
Investimentos de curto prazo	CDI	12.892	686	1.027	1.370	1.713	2.056
Titulos e valores mobiliários	CDI	3.420	182	273	364	455	545

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros (a.a)	Posição em 31/12/2022(*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			3,69%	5,53%	7,37%	9,21%	11,06%
BNDES nº 08.209.761	TJLP +	1,93%	22.425	1.275	1.696	2.117	2.539
BNDES nº 10.204.771	TJLP +	2,22%	3.045	182	240	297	354

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custo de captação

Gestão de riscos:

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de o valor de R\$ 1.058 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 722 em 31 de dezembro de 2021.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	332	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	306	18/06/2023
Seguro de riscos equipamentos	130	3	10/09/2023
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2023
Total	2.318.242	647	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Contadora - Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2